

Uma análise da apropriação das TIC's pelo Governo Federal

Autores: Janine Aguiar Park, Miriam Fernanda Maia Fonseca e Raphaela Ferreira Guimarães

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar uma visão geral sobre a implementação das TIC's pelo governo federal, aprofundando no uso de software livre, desde o advento da tecnologia até o aperfeiçoamento contando com inúmeros ganhos, tanto para o governo como para a sociedade, tornando-a mais democrática e transparente. Visamos abordar como é feita a implementação de software livre pelo governo, de forma a torna fácil para os usuários. Abordaremos, ainda, a visão do Estado que vê a apropriação como uma política de governo, de democratização do acesso ao conhecimento e à cultura e como argumenta e se relaciona quanto à lei dos direitos autorais se devem ser subordinadas aos interesses sociais.

Palavras Chaves: Governo Federal, Software Livre e Apropriação

Apresentar uma visão geral sobre a implementação das TIC's pelo governo federal, aprofundando no uso de software livre, desde o advento da tecnologia até o aperfeiçoamento contando inúmeros ganhos, tanto para o governo como para a sociedade.

Introdução:

As tecnologias da informação (TIC's) tiveram uma enorme evolução (desde do século passado) e, sempre acompanhando as mudanças e necessidades da sociedade se moldando ao mundo moderno, com inovações e facilidades. Basicamente promove a infra-estrutura, apoiando os servidores públicos e os cidadãos tornando o trabalho mais colaborativo e intersetorial, se tornando hoje uma prioridade do governo. Deve-se avaliar o processo de inclusão e exclusão das pessoas sem acesso ao mundo digital, podendo criar um desequilíbrio social e econômico. . Trataremos como o Estado promove o software livre dentro dos órgãos governamentais e como é feito o licenciamento.

Desenvolvimento das TIC's dentro do Governo

A sociedade moderna está passando por um processo de reestruturação global, na qual predomina o desenvolvimento informacional, com uma nova arquitetura tecnológica, política, econômica, organizacional e gestão coletiva. Hoje, bilhões de pessoas no mundo estão conectadas na rede mundial, nesse contexto a Internet surge como uma nova forma de organização, capaz de produzir conhecimento; além de estabelecer novos padrões de comportamentos e mudanças na comunicação simbólica.

Surge assim a necessidade do Estado em oferecer aos cidadãos informações públicas, gratuitas e acessíveis, capaz de proporcionar a sociedade uma maior participação direta nas decisões políticas. “A Política de Governo Eletrônico proposta vem integrar estas diversas ações e complementar lacunas e necessidades ainda não contempladas no setor.” (Proposta de Política de Governo Eletrônico, Brasília, 2000, página 5).

O Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é um projeto que visa promover essa maior interação do Governo com os cidadãos, empresas e entre os órgãos do próprio governo de forma a aperfeiçoar os serviços prestados. O desenvolvimento do Gesac tem como aspecto a utilização das modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para permitir a universalização das informações a todos os cidadãos, proporcionando transparência das ações do Governo, aumentando a eficiência e eficácia das funções governamentais.

O Governo Eletrônico é programa novo que surgiu no ano de 2000, junto com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial que tinha a função de “examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação.” (Decreto Presidencial de 03.04.2000). São projetos do Governo Eletrônico Federal o Pregão Eletrônico, a Inclusão Digital, o Padrão de Web e-GOV, os Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços e o Software Livre.

O Pregão Eletrônico é um sistema usado pelo Governo destinado a aquisição de bens e serviços comuns. É um sistema eficiente nas contratações públicas, pois funciona como um leilão reverso (vence quem oferecer o melhor preço).

A Inclusão Digital é uma iniciativa que visa garantir o acesso ao uso da tecnologia da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural e tecnológico. Programas relacionados a Inclusão Digital são Banda Larga nas

Escolas, Casa Brasil, Computadores para Inclusão, um Computador por Aluno, Programa Telecentros Comunitários, dentre outros.

O Padrão de Web e-GOV são os meios eletrônicos (sítios e portais) de prestação de serviços governamentais desenvolvidos e mantidos pela administração pública de fácil acesso e entendimento para a população.

Os Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços é uma metodologia que visa avaliar a qualidade de serviços públicos prestados por meio eletrônico de acordo com os critérios da população. Esses indicadores permitem ao Governo aprimorar os serviços e bens prestados.

O Software Livre foi criado para desenvolver conhecimento pelo país, além de reduzir custos e gerar empregos. Para um programa ser considerado software livre é necessário que os usuários possuam a liberdade de executarem, copiarem, modificarem o software sem a necessidade de pedir a permissão.

Como bem analisou o atual filósofo Rodrigo Guimaraes Nunes: *“Se se faz a opção por uma concepção democratizante da produção cultural, são bem-vindas as questões sobre “excelência” e “profissionalização). Se por “profissionalizar” se entende oferecer as condições para a massa de novos produtores de cultura constituírem redes sustentáveis de produção e difusão, introduzindo e adaptando mecanismos do Estado para suprir as necessidades que aí se impõem, não se pode deixar de aplaudir a ideia.”*

O Governo Eletrônico constitui uma nova forma da Administração Pública pontencializar as ações voltadas para a formalização dos processos e procedimentos. Entretanto, é necessário um processo de qualificação dos administradores, com conhecimento e técnicas necessárias, para que seja maximizado o relacionamento Estado e sociedade, promovendo melhorias no governo.

A inserção dessas práticas tecnológicas permite ao cidadão acompanhar todas as ações governamentais pela Internet. Todavia, existem muitos desafios e barreiras em termos do acesso a todos: falta de confiança da sociedade nos serviços digitais do governo, falhas de comunicação, bem como o acesso a rede por grande parte da população.

Enfim, o Governo Eletrônico aproxima à sociedade do governo, tornando-a mais atuante nas questões políticas, podendo conduzir significamente as políticas públicas.

. *“Cabe então perguntar: deve-se pensar a política de cultura segundo um modelo ultrapassado que funcionava para poucos, ou um novo modelo que cria possibilidades para muitos? Deve-se pensar a partir dos “grandes” consagrados pelas antigas regras do jogo, ou dos “pequenos” e “médios” que*

jamais “chegarão lá” nos mesmos termos? Da perspectiva de reforçar um sistema que necessariamente cria exclusão e escassez, ou da expansão do número de produtores de cultura que conseguem viver de seu trabalho? A partir da base ou da ponta? Essas são as coordenadas do debate que deveria estar se fazendo.”

(Rodrigo Guimaraes Nunes)

Conclusão:

Ao olharmos para a sociedade brasileira e avaliarmos os últimos anos percebemos uma enorme evolução quanto ao uso de novas tecnologias, hoje o Banco do Brasil é um dos maiores possuidores de arcabouço de software livre da América Latina, porém percebe-se também um número ainda grande de uma parcela da sociedade excluída (se acesso a rede universal de comunicação - internet) de tal evolução tecnológica. De tal forma que a evolução tecnológica deve sempre andar de mão dada com a evolução social pois uma complementa a outra.

A sociedade estando inserida poderemos notar maiores efeitos dessa implementação, desenvolvendo como o controle do Estado pela sociedade, tornando o Governo Brasileiro mais democrático e transparente.

Referências Bibliográficas:

OLIVEIRA, J. B. F. Governo Eletrônico: uma visão sobre a importância do tema. Revista Opinião, 2009.

Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal. Brasília-DF, 20 de setembro de 2000.

Sítio:

<http://www.cartamaior.com.br>

<http://www.governoeletronico.gov.br>

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicassociais&tax=15311&lang=pt_BR&pg=5567&taxp=0&

<http://www.softwarelivre.gov.br/>